



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA QUATRO
DE JUNHO DO ANO DE DOIS
MIL E DEZANOVE.**

No dia quatro de junho do ano dois mil e dezanove, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Céu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Fernando António da Silva Rodrigues, Rui Miguel Roxo Portela, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.^a Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----
Secretariou: Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município. -----

Pela Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

I - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

No período antes da ordem do dia usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que a senhora Presidente não levou em conta a proposta feita por eles para a reunião ser gravada e assim na próxima reunião haverá uma proposta escrita para incluir na ordem do dia, conforme diz o Regimento para votação da gravação das reuniões de câmara.-----



Referiu que iria colocar algumas questões começando por questionar a senhora Presidente, uma vez que Freixo não possui nenhum campo de golfe e nem nas redondezas existe algum, qual a razão da contratação por ajuste direto à empresa PMMedia e Comunicação Lda., proprietária da revista “Villas & Golfe “de serviços de publicidade no valor de 11.316,00€ com IVA incluído, quando já tinha sido feito outro contrato no ano anterior no valor de 16.974,00€ com IVA incluído.-----

Referente à demolição e compra das casas no Largo do Vale e na Rua das Moreirinhas, questionou qual o montante gasto, o que vai ser feito naquele espaço, se vai ser feita alguma coisa ou se vai ficar assim. Se tinha noção que o montante da intervenção já vai em 64.277,00€-----

Qual a necessidade de contratação por ajuste direto de uma pessoa licenciada em gestão, por um ano, no montante de 17.733,85€ com IVA incluído, o que dá 1.477,82€ por mês, quando já tinha sido feito um contrato de prestação de serviços de consultadoria e assessoria na área financeira e contabilística com a Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Chaves, pelo montante de 6.420,60€ com IVA incluído.-----

Qual a necessidade de contratação de duas pessoas pelo período de dois anos, para atividades lúdicas e pedagógicas, onde vão ser integradas, qual o trabalho que vão realizar, uma vez que o ano letivo esta a terminar, no valor de 28.227,27€ com IVA incluído, cada uma.-----

Qual o montante da peça de teatro “Oração do Silêncio”, realizada na Páscoa e por que razão o contrato foi assinado um mês depois.-----

Qual o balanço que faz da FFIL e porque não foi levado em conta a proposta feita por nós em reunião de câmara de passar a chamar-se FFIL Guerra Junqueiro.-----

II- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo, que o que a Câmara faz em termos de publicidade e contratação de pessoal é da competência de quem está a gerir a câmara.-----

Em relação à FFIL saíram reportagens na RTP1 e na Lusa. E todos os escritores que cá vêm continuam a dizer como disse Manuel Alegre, como é que uma terra tão pequena como Freixo faz eventos desta dimensão. O que me interessa é a cultura e tudo isso faz parte da gestão de quem cá está, mas para vocês é tudo mal.-----



III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que no seguimento da intervenção da senhora Presidente ficou completamente elucidado com a resposta que deu. Não é verdade que para nós é tudo mal, somos a favor de tudo que leve a conhecer Freixo. Em relação à FFIL a participação não foi assim tão elevada. E não consigo entender porque não nós presta os esclarecimentos que solicitamos em vez de se remeter ao silêncio.-----

IV - INTERVENÇÃO DO VEREADOR RUI PORTELA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Rui Portela referindo que uma senhora de Poiares publicou nas redes sociais que em volta da casa dela, na Rua da Mó, existe um terreno que está cheio de vegetação, que não foi limpo pelo proprietário. A senhora pretende fazer queixa na G.N.R.. Poder-se-á fazer alguma coisa?-----

Referiu ainda outra senhora moradora na Avenida Guerra Junqueiro que foi ter com ele, porque já tinha mandado uma carta registada para a senhora Presidente e ainda não tinha obtido resposta.-----

V- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que se a senhora de Poiares não conseguir resolver o problema por outro meio, tem que apresentar queixa na G.N.R. para a câmara depois poder atuar.-----

Referiu que a carta da senhora da Avenida Guerra Junqueiro foi entregue aos serviços competentes para resolverem o assunto. Mas vai ser necessário fazer o mesmo que se fez no café “Xangai”.-----

VI - INTERVENÇÃO DO VEREADOR NUNO FERREIRA. -----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo também ele ter sido abordado pela senhora em questão e que respondeu que teria que ter documentação para poder agir.-----

A pedido da Senhora Presidente da Câmara o Chefe de Divisão da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação interveio referindo que já foi



dada resposta à senhora, e até foi pessoalmente, foi lá o encarregado falar com ela. Que estão à espera que chegue uma válvula de corte que já foi encomendada, pois aqui não há, para se resolver o problema.-----

V - INTERVENÇÃO DA VEREADORA ANTÓNIA COXITO. -----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo a necessidade de terem acesso aos dossiers da contratação pública, pois o que é publicado na Base.Gov. é muito limitado e não se consegue perceber o que é feito, não queremos ir contra a proteção de dados, mas como membros do executivo temos o direito a ter acesso à essa informação.-----

Referiu que conforme a resposta que deu ao Vereador Nuno Ferreira que a competência da contratação é sua, também nós temos o direito a ser esclarecidos. Assim sendo, vimos de forma formal solicitar mais uma vez o acesso ao que consideramos pertinente por escrito.-----

Pela Vereadora senhora Antónia Coxito foi entregue um requerimento que a seguir se transcreve.-----

**À excelentíssima Senhora Presidente
da câmara Municipal de Freixo de
Espada à Cinta**

**Assunto: REQUERIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, no âmbito da Lei nº 26/2016,
de 22 de Agosto**

Exma. Sra. Presidente,

Uma vez mais e, no seguimento dos pedidos formais de acesso à informação financeira e administrativa datados de 23/10/2018 e 24/10/2017, vinhos requer que **nos seja facultada informação financeira detalhada à data de 30/05/2019**, informação que é passível de obtenção direta do sistema POCAL, sem necessidade de qualquer tipo de tratamento.

- Balancete detalhado a 30/05/2019;
- Listagem da faturação paga e não paga de janeiro a essa data.

De igual modo, vimos requer o **acesso à consulta dos elementos não privados constantes dos dossiês relativos à contratação pública,**



nomeadamente os convites e os respetivos cadernos de encargos assim como a relação dos pagamentos efetuados no âmbito de cada contrato.

Com o melhores cumprimentos,
Pedem deferimento,

Prof. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira

Dra. Antónia da Conceição Meireles Coxito

Freixo de Espada à Cinta 04/06/2019

ORDEM DO DIA

RESUMO DIÁRIO DE TESOOURARIA: - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia três do mês de junho do ano dois mil e dezanove que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Trezentos e sessenta e cinco mil setecentos e trinta e dois euros e setenta e seis cêntimos.-----

Dotações não Orçamentais – Cento e dezoito mil onze euros e vinte e sete cêntimos.-----

ACTA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia vinte e um de maio do ano de dois mil e dezanove.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, reprovando, a referida ata, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo.-----
Os Vereadores Senhores Nuno Ferreira, Antónia Coxito e Rui Portela votaram contra a aprovação da ata em virtude de não constarem na mesma todas as suas intervenções.-----



01 – COMPETÊNCIA EXCEPCIONAL – DECISÕES

Despacho datado do dia vinte e nove de maio do presente ano, que aprovou a proposta de apresentação de candidatura a financiamento EQ – BEI PT 2020 (Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento - Portugal 2020), alusiva ao projeto PAMUS – Promoção da Acessibilidade na Vila de Freixo de Espada à Cinta.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que ficou surpreendido ao ver estes despachos, uma vez que não tiveram qualquer informação sobre os mesmos, e não é correto que hoje nos deparemos com estas candidaturas a financiamento do BEI. Pergunta-se, porque é que nada nos foi facultado anteriormente destas candidaturas. O que significa o projeto PAMUS.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a Câmara tem projetos PAMUS e PARU, e que já vem de há muito tempo. O PAMUS vem na sequência do projeto RAMPA.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que o projeto RAMPA o tem na memória e que até houve um esclarecimento no auditório sobre o mesmo. E da sua explicação depreendo que vem no seguimento desse projeto, de pessoas com dificuldades especiais.-----
Referiu que não será por causa deles que Freixo não irá ter as acessibilidades. Questionando onde vão ser feitas as intervenções.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que as intervenções vão ser feitas na Avenida Guerra Junqueiro, na Rotunda junto à escola, vão-se fazer muros, rampas onde forem necessárias e levantar as passadeiras na Avenida e arranjo dos passeios.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito, questionando se o levantamento das passadeiras é para dar acesso às cadeiras de rodas.-----
Referiu que o projeto RAMPA decorreu de um Decreto-Lei que obrigava os Municípios a adaptar as suas vias de modo a permitir o acesso às pessoas com dificuldades. Já se debateu por diversas vezes a falta de acessibilidades aos locais públicos. Aqui atrás da câmara apesar de ter um



sinal de deficientes tem que haver uma forma de permitir o acesso à rampa quando se sai do carro.-----

Questionou como faz a senhora Presidente quando alguém com dificuldade de locomoção vier aqui à câmara para falar com ela.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que se irá pôr uma cadeira para as pessoas com dificuldade.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que a maior parte dos passeios não têm rampas de acesso, foram feitas muitas, mas é preciso fazer muitas mais. E a questão da Câmara é muito grave, pergunta-se, como fazem as pessoas que andam em cadeiras de rodas para falar com a Presidente da Câmara.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que se não podem subir as pessoas, desce a Presidente.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo não ser solução, porque as pessoas devem ser atendidas em um lugar condigno e não no átrio da entrada. E como é que pessoas com dificuldades conseguem ir a assistir a alguma coisa no auditório. Quando se sai do carro com uma cadeira de rodas, não se consegue transpor logo o primeiro obstáculo, que é o degrau do passeio. É preciso fazer muito a nível de acessibilidades tanto na vila como nas aldeias.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que o auditório tem rampas de acesso e que existe espaço na parte superior para as cadeiras de rodas.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que o auditório tem rampas, mas ao que a Dra. Antónia se queria referir é quando as pessoas com dificuldades querem ir para a primeira fila.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que podem usar o elevador que existe e que dará acesso à primeira fila.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo ficar aqui o compromisso de que o PAMUS vai ser feito.-----



Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira questionando se os passeios a ser intervencionados já estão escolhidos ou é aleatório.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que todos os passeios que vão ser intervencionados já foram escolhidos.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho em apreço.-----

Despacho datado do dia vinte e nove de maio do presente ano, que aprovou a proposta de apresentação de candidatura a financiamento EQ – BEI PT 2020 (Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento - Portugal 2020), alusiva ao projeto PAMUS – Promoção da Acessibilidade na Aldeia de Ligares.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que o projeto de promoção de acessibilidades na aldeia de Ligares é o alargamento da estrada para o circuito pedonal, que começa ao pé da casa do americano e vai dar à fonte das vilas e volta ao início.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que esse circuito pedonal já estava feito pelo Presidente da Junta.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que foi a Câmara que fez o que está feito, mas tem que se terminar, não pode ficar assim, porque assim até só é metade do circuito.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que quem colheu os louros foi o Presidente da Junta. Sugeriu que o alargamento da estrada fosse feito até à entrada da aldeia, pois o lar já tinha alargado a estrada alguma coisa quando construiu o muro.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que aquilo que o lar encolheu não foi muito e para se poder alargar a estrada até à entrada da aldeia é preciso comprar terrenos e tem que ser da parte de baixo.-----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho em apreço.-----

Despacho datado do dia vinte e nove de maio do presente ano, que aprovou a proposta de apresentação de candidatura a financiamento EQ – BEI PT 2020 (Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento - Portugal 2020), alusiva ao projeto PARU – Casa da Musica.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando em quanto iria ficar a obra e se a casa é para alojar só músicos ou também outras pessoas que seja necessário.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Rui Portela questionando se só vai servir para alojamento dos músicos.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que se percebeu bem, vai ser aproveitada uma casa que já existe para a banda. Quando eu estava na banda, lembro-me da arquiteta Sandra ir lá a tirar medidas e pelo que depreendo esse projeto já não irá para a frente.-----
Questionou porque não fazem as obras na escola primária, onde já está a banda e ficar a mesma aí. E quem vai fazer a gestão da Casa da Música, a banda ou a câmara.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que é a câmara que vai fazer a gestão e não a banda, pois não são só os músicos que ficam lá alojados. Também outras pessoas que possam vir a Freixo para alguma atividade poderão ficar ali alojados.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que a câmara poderia fazer um protocolo com a banda, de modo a poder sempre lá alojar algumas pessoas quando necessário. No entanto essa parte do alojamento não seria um problema se as Moradias da Congida fossem exploradas pela câmara.-----

Questionou sobre quando a obra vai estar pronta. Em quanto vai ficar, Quantos músicos vão ser lá alojados.-----

Referiu ainda que deixava a sugestão da escola primária.-----



Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que são duas casas que vão dar lugar a uma que será a Casa da Música.-----
Referiu ainda que a escola primária está destinada para o Arquivo Municipal.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho em apreço.-----

Despacho datado do dia vinte e nove de maio do presente ano, que determinou a aprovação de apresentação de candidatura a financiamento EQ – BEI PT 2020 (Empréstimo Quadro – Banco Europeu de Investimento - Portugal 2020), alusiva ao projeto PARU – Alojamentos do Centro Histórico.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que são três casas que foram compradas e vão ser reabilitadas para alojamento social.---

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira questionando se estas casas vão ser para habitação social de pessoas carenciadas.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que tem de ser para habitação social, que não pode ser de outra forma.-----

A pedido da Senhora Presidente da Câmara o Chefe de Divisão da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação interveio referindo que são três casas que estão degradadas e que são tão pequenas que vão dar só uma habitação.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que foram adquiridas três casas para fazer uma, pelo que foi dito pelo Chefe de Divisão da D.T.O.U.H. e essa casa será alugada a uma família carenciada.--

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando que ao juntar as três casas para fazer uma condigna em quanto é que irá ficar.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a candidatura foi feita por 90.000€-----



Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando se as casas estão assim tão degradadas.-----

A senhora Presidente respondeu dizendo à senhora vereadora que as fosse ver.

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando porque é que não foi feito exatamente o mesmo nas duas casas no Vale, podia-se manter as paredes e fazer habitações condignas para pessoas carenciadas.---

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo já ter respondido a isso. Na casa da Rua das Eiras não se conseguiu candidatura porque teria que ser construída de raiz.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo estar a falar das casas que foram deitadas abaixo e de manter as mesmas e atribui-las a pessoas carenciadas e manter ao mesmo tempo o traço original de Freixo. Pergunta-se porque não tentaram utilizar o PARU ou outras candidaturas para manter as mesmas.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que a casa quando foi comprada foi para deitar abaixo e não dizia mais nada.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo, e “diz-nos assim, quando foi comprada foi para ser deitada abaixo”. Pergunta-se se aproveita estas três casas, porque não ter feito o mesmo com as outras duas que foram deitadas abaixo e aproveitá-las para dar habitação condigna a pessoas carenciadas.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que essas casas estavam a cair.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando porque não tentou reabilitar essas casas,-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que não dizia mais nada e que sabia muito bem o que a senhora Vereadora queria que ela ela dissesse, mas não foi com essa intenção que o fez.-----



Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que é Vereadora desta câmara e que tem direito a ser esclarecida às questões que coloca.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho em apreço.-----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ATUALIZAÇÃO DO PREÇO/TARIFA DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS Nº 2 E 3 DO MERCADO MUNICIPAL – PROPOSTA: Presente a informação número oitenta e dois datada de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.-----

81ª VOLTA A PORTUGAL SANTANDER – 6ª ETAPA – PEDIDO DE PARECER: Presente para efeitos de pedido de parecer favorável à passagem da 6ª etapa da” 81ª Volta a Portugal Santander”.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo serem completamente a favor de tudo que seja para a promoção de Freixo, deixando a sugestão de que se faça publicidade da volta. Sugeriu também que se deveria fazer uma proposta para a volta passar periodicamente no nosso concelho, pois é publicidade gratuita, uma vez que passa nas televisões. Sugeriu que se deveria tentar trazer eventos destes para o concelho. São eventos que dão publicidade gratuita.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Rui Portela referindo que havia outro evento o “Portugal de Lés – a – Lés” que teve de desistir de passar aqui devido a haver restrições impostas pelo Parque.-----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, dar parecer favorável.-----

NÃO APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018 – EXPOSIÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS – RESPOSTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS – TOMADA DE CONHECIMENTO:
Presente para efeitos de tomada de conhecimento a resposta do Tribunal de Contas à solicitação de esclarecimentos por parte da Câmara Municipal.----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito, referindo não poderem concordar com a informação remetida ao Tribunal de Contas no dia 12 de abril, e tendo o mesmo respondido no dia 30. Pergunta-se, tendo o Município recebido esta resposta já há tanto tempo, porque é que só agora nos vem dar conhecimento e não o fez na reunião anterior.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo veio quando devia.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que na reunião extraordinária disseram que não iam votar o que já tinham votado.- Referindo que quando da aprovação dos documentos da Prestação de Contas, colocaram muitas questões e que a todas respondeu com documentos técnicos. Recordo-lhe que após um debate de três horas fizemos uma declaração verbal e senão se lembra ouça a gravação. Agora juntar o que se passou como sendo um extrato é muito pouco daquilo que foi questionado e discutido. E a resposta que obtivemos sempre da senhora Presidente foi, está aí; leiam; não tenho nada a responder.-----
Esta informação enviada para o Tribunal de Contas não corresponde à verdade, não está correta.-----

Referiu que por não concordarem com o que foi transcrito fizeram uma declaração para ata, e o Vereador Nuno Ferreira tinha trazido a informação da transferência de competências da Câmara na senhora Presidente, essa era uma competência sua.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que fez o que o Tribunal de Contas sugeriu que fosse feito, convocar uma reunião extraordinária, reunião que até fica cara.-----



Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito referindo que a senhora Presidente se sobrepõe ao Tribunal de Contas e que acha estar acima da lei. A senhora Presidente é a única responsável e não dependia da nossa aprovação para enviar os documentos ao Tribunal de Contas.-----
Referiu nunca terem dito que a ata não tinha que acompanhar os documentos de prestação de contas, como refere o ponto um do esclarecimento.-----
Questionou a senhora Presidente se já enviou ou vai enviar o pedido de esclarecimento à CCDRN e à DGAL.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que não enviou.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito questionando porque é que não entregou isto a devido tempo.-----

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo não dar resposta nenhuma.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo, que se é esse o entendimento da Senhora Presidente, que o respeita, mas não concorda. Que não estão aqui para levantar o dedo e dizer sim, não ou talvez. Que esta tomada de conhecimento do Tribunal de Contas peca por tardia, que poderia ter vindo na reunião anterior que até era aberta ao público e assim poderiam todos serem esclarecidos.-----
Referiu ainda que a reunião extraordinária foi convocada de forma ilegal.---

Usou da palavra a senhora Presidente da Câmara referindo que os senhores Vereadores tinham vindo, que se houvesse alguma ilegalidade com a comparência deles termina a ilegalidade.-----

Usou da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que deveria fazer o que o Tribunal de Contas sugeriu, e até já o devia ter feito e trazer aqui hoje os pareceres dessas entidades, e teríamos ficado todos elucidados.-----



Referiu também que o Tribunal de Contas vem dar razão ao que eles dizem, que a ata é o documento mais importante da reunião de Câmara. No entanto a certidão da ata que foi enviada não está correta.-----
Questionou se a gravação da reunião também foi enviada juntamente com os outros documentos. Senão foi, deveria ter sido para saberem o que se passou realmente na reunião.-----
Referiu ainda que quando tomam a posição de pedir pareceres às diversas entidades é para serem esclarecidos.-----

Usou da palavra a Vereadora senhora Antónia Coxito que leu uma declaração para a ata que a seguir se transcreve.-----

Declaração para a Ata
Relativa ao ponto 8 – NÃO APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
CONTAS 2018-EXPOSIÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS –
RESPOSTA DO TRIBUNAL DE CONTAS-TOMADA DE
CONHECIMENTO

Relativa à Agenda nº13/2019 e Reunião Ordinária de 04/06/2016

Relativamente ao ponto 8 - **resposta do Tribunal de Contas datado de 30 de abril de 2019** ao ofício nº322 enviado pela Presidente de Câmara, datado de 12 de abril, sobre o assunto: Não Aprovação da Prestação de Contas de 2018, em 1º lugar, não podemos deixar de estranhar que, tendo a Sra. Presidente obtido essa resposta em final de abril de 2019 só agora, em início de junho, é que a mesma nos seja apresentada.

Considerando que no ponto 2 da resposta do Tribunal de Contas relativa à submissão dos documentos a sessão da Assembleia Municipal o TC se limita a informar que não compete ao Tribunal de Contas esclarecer o município sobre esse assunto, remetendo o pedido para as entidades competentes: às Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR) e à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), pergunta-se: foi esse pedido de esclarecimento formalizado à CCDR e à DGAL? Se



sim, quando e qual foi a resposta pois, só assim poderíamos entender que apenas agora, na posse do esclarecimento das diversas entidades envolvidas: Tribunal de Contas, CCDR-N e DGAL a resposta respetiva só agora nos fosse apresentada.

Quanto ao ponto 1 da resposta do TC que passamos a transcrever “Independentemente da não aprovação da conta pelo executivo municipal e da apreciação e votação pelo órgão deliberativo, aquele deve ser submetida, acompanhada de deliberação do executivo para o efeito ...”

Quanto a isto não temos qualquer dúvida pois o mesmo foi por nós referido, aquando da reunião extraordinária convocada para o dia 26/4/2019 (sem cumprir o prazo mínimo constante do regimento da Câmara), **com um único ponto de ordem: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018-PROPOSTA**, uma vez que **esse mesmo ponto já tinha sido apresentado e votado** na reunião do 09/04/2019 e **que era competência exclusiva da Presidente de Câmara a submissão das Contas ao TC no devido tempo, no âmbito das competências que lhe tinham sido delegadas pela Câmara.**

O que não podemos entender nem aceitar é que no ponto II-Fundamentação enviado ao Tribunal de Contas se tenha apresentado informação distorcida e que não corresponde à verdade, nomeadamente no seguinte:

ponto 2 a) (...) foi apresentado o Relatório de Gestão, contemplando os seguintes aspetos: a situação económica relativa ao exercício, analisando, especialmente a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade do Município, designadamente no que respeita ao investimento e condições de financiamento.



Pergunta-se: Qual foi a evolução nos diferentes setores da atividade, em que atividades, se não existe uma contabilidade de gestão que permita a devida diferenciação? Onde é que isso foi discutido ou apresentado? Mais uma vez, isto não foi discutido ou apresentado assim como sobre o investimento e condições de financiamento.

Mais grave ainda é o apresentado no ponto 6 em que se diz :” *face ao sentido de voto dos presentes, resultou a não aprovação dos documentos de Prestação de Contas de 2018, sem que tivesse existido qualquer declaração e voto, por parte dos presentes, com base apenas em discussão e debate político...*” .

Pergunta-se: será que já se esqueceu do que foi debatido, questionado e apresentado como fundamentação verbal subjacente à nossa declaração de voto contra? (mesmo sendo declaração verbal). Se tem dúvidas, deveria consultar a gravação pois o que nós dissemos e perguntámos foi bem diferente do transcrito para a Ata nº8 /2019 relativa ao documento de Prestação de Contas o que levou a que nós apresentássemos uma declaração formal, por escrito refutando o que aparecia na ata e o que era o nosso voto contra, voto de vencido, conforme Declaração para a Ata entregue em mão na reunião de 23/04/2019.

Em resumo, relativamente às contas apresentamos o que de relevante se passou foi o seguinte:

Na reunião ordinária de 09/04/2018, entre outros, foi-nos apresentado o ponto 08-Deliberações Diversas relativo à Proposta: DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2018. Considerando a



*importância da mesma, solicitámos por diversas vezes que a Sra. Presidente nos explicasse devidamente o ponto em referência e nos apresentasse as linhas mestras da sua gestão do ano de 2018 e o que de mais relevante tinha ocorrido. Em resposta e, à semelhança do que vem acontecendo em outras ocasiões e com outros pontos de ordem de trabalhos e assuntos que deveriam ser devidamente apresentados em reunião de Câmara, discutidos e explicados aos senhores vereadores que fazem parte do executivo, ainda que sem pelouro, a Senhora Presidente preferiu remeter-se ao silêncio e nada explicar, dizendo apenas: **As contas estão aí, leiam! ...as contas foram efetuadas pela contabilidade, está aí tudo e é assim que tem que ser!** Da nossa parte e, não aceitando esta não resposta, aproveitando a presença do ROC, Dr. Tiago, questionámos sobre os pontos que considerámos de maior relevo do ponto de vista técnico.*

Considerando que a Prestação de Contas deve refletir a atividade autárquica e os atos económicos e financeiros praticados no ano que, obviamente, deverão ser traduzidos e espelhada nas contas e nos diversos documentos de prestação de contas, as mesmas são, apenas, **responsabilidade da Sra. Presidente** que preside o município e a única a definir a política e os atos de gestão levados a cabo no ano, conforme a mesma faz questão de referir, repetidamente, em diversas reuniões de Câmara. Assim sendo, **cabe à Sra. Presidente, como entidade responsável pelas contas, apresentar e explicar aos senhores vereadores em 1ª instância, aos senhores munícipes, entidades estatais e demais interessados, os factos e os atos praticados no ano assim como as políticas que lhe estiveram**



subjacentes e que levaram às contas e aos resultados apresentados nos diversos documentos que integram a Prestação de Contas. Contudo, apesar da discussão do ponto ter sido prolongada, sensivelmente das 10.00 às 13:00, não conseguimos obter qualquer resposta por parte da Sra. Presidente, razão pelo qual o nosso Voto **Contra o ponto - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2018, apresentando as devidas justificações** apesar de as mesma não terem sido consideradas nem transcritas, na Ata nº 08/2019 de 09/04/2019 que nos foi apresentada para proposta de votação de ata na reunião ordinária de 23 de abril.

Considerando que nessa mesma reunião ordinária de 23 de abril, **foi pedido à Sra. Presidente que reconsiderasse alterar a ata no sentido de incorporar as nossas intervenções e eliminar os seus comentários e juízo de valores que passo a citar:** “ *pediram a palavra os senhores vereadores utilizando como única argumentação duvidar simplesmente da capacidade da Presidente entrando num debate político (...) e tendo em conta o discurso redundante dos intervenientes (...)*” **o que, em momento algum, essas expressões, tiveram lugar na referida reunião de prestação de contas.** Considerando que a única resposta obtida ao pedido unanime de correção da ata por parte dos 3 vereadores da oposição, foi: “ **não mudo nem uma vírgula sobre o conteúdo, apenas na questão de português**”.

Se, perante a prepotência e a intransigência da Sra. Presidente na alteração da ata relativa à Prestação de Contas, no sentido de espelhar o que foi dito, o que levou ao nosso voto contra, conforme já foi dito, muito menos



podemos compreender a **convocação de uma reunião extraordinária para o dia 26/4/2019** sem cumprir o prazo mínimo de dois dias úteis, conforme consta do regimento da Câmara, **com o único ponto de ordem: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2018-PROPOSTA, uma vez que esse mesmo ponto já tinha sido apresentado e votado na reunião do 09/04/2019.**

Assim, face ao apresentado, apresentamos o nosso desagrado na condução da política municipal e na falta de informação por parte da Sra. Presidente de Câmara.

Freixo de Espada à Cinta, 04/06/2019,

Os Vereadores da Oposição,

Prof. Nuno Ferreira

Dra. Antónia Coxito

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do esclarecimento em apreço.-----

ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DE RUÍDO (SÃO SEBASTIÃO) – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART.15º, DO DL N°9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número sessenta e oito barra dois mil e dezanove, datada de dezassete de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. -----



ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – (SÃO SEBASTIÃO) – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número sessenta e nove barra dois mil e dezanove, datada de dezassete de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho em apreço. -----

ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DE RUÍDO (SANTO ANTÓNIO DE FORNOS) – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART.15º, DO DL Nº9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número setenta e dois barra dois mil e dezanove, datada de vinte e um de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----

ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) – (SANTO ANTÓNIO DE FORNOS) – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número



setenta e um barra dois mil e dezanove, datada de vinte e um de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----

ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DE RUÍDO (SANTO ANTÓNIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA) – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – ART.15º, DO DL Nº9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número oitenta e quatro barra dois mil e dezanove, datada de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----

ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS (DECRETO-LEI Nº 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO) - SANTO ANTÓNIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA) – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação número oitenta e três barra dois mil e dezanove, datada de vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, da Divisão Administrativa e Financeira, que aqui se dá por integralmente transcrita, ficando um exemplar da mesma anexa ao livro de atas.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.-----



APROVAÇÃO EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de Setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações. -----

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram onze horas e trinta minutos da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----
----- E eu, Ana Maria Bento Soares, Coordenadora Técnica do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

A Coordenadora Técnica